

Bruxelas, 10 de Janeiro de 2007

A Comissão Europeia estabelece uma nova dinâmica para o mercado interno da energia

A UE reconhece claramente que o mercado interno da energia é a linha política que garante aos cidadãos e indústrias preços justos. Garante simultaneamente que mesmo as empresas de menores dimensões, por exemplo as que investem em energias renováveis, tenham acesso ao mercado da energia. Um mercado a funcionar bem assegura também a realização de investimentos suficientes em centrais eléctricas e em redes de transporte a fim de evitar interrupções no aprovisionamento de electricidade ou de gás. Com vista a explorar todo o potencial do mercado interno do gás e da electricidade, a Comissão Europeia apresentou novas propostas como parte integrante da sua Política Energética para a Europa.

Um verdadeiro mercado interno da energia é essencial para atingir os três objectivos energéticos da Europa: um mercado concorrencial reduzirá os custos para os cidadãos e empresas e estimulará a eficiência energética e o investimento. É também vital para que o mecanismo de comércio de emissões possa funcionar correctamente. Um mercado interno da energia que funcione eficazmente e seja competitivo pode proporcionar grandes vantagens em termos de segurança do aprovisionamento. A Comunicação sobre o Mercado Interno da Energia e o relatório final sobre o Inquérito Sectorial sobre a Concorrência demonstram que as actuais regras e medidas não alcançaram ainda estes objectivos. É necessário fazer mais para criar uma verdadeira rede europeia de gás e electricidade e um mercado verdadeiramente competitivo.

O principal objectivo da Comissão é dotar-se de um mercado interno da energia pleno com uma concorrência aberta e uma regulação eficaz em funcionamento até Janeiro de 2009. Uma rede verdadeiramente europeia deveria funcionar como uma rede única. São necessárias várias medidas para atingir estes objectivos, principalmente de natureza bastante técnica:

- São necessárias novas regras para evitar a discriminação, por exemplo através de uma separação mais clara entre a produção e a distribuição de energia. São consideradas duas opções para resolver o problema com uma preferência clara pela separação da propriedade.
- É também importante dispor de regulação à escala europeia a funcionar, nomeadamente para facilitar o comércio transfronteiriço de electricidade. A Comissão considera que é necessário estabelecer um novo órgão único a nível da UE ou, no mínimo, uma rede europeia de entidades reguladoras independentes que teria de tomar em devida consideração o interesse europeu e contar com uma participação adequada da Comissão.

- As redes de electricidade e gás são um elemento central de um mercado europeu a funcionar bem. São assim propostas várias acções para acelerar os investimentos destinados a resolver estrangulamentos-chave, que ocorrem normalmente nas fronteiras entre países. Foram identificados vários dos elos em falta mais problemáticos, como as ligações eléctricas entre a Alemanha, a Polónia e a Lituânia, as conexões para a energia eólica ao largo da costa no Norte da Europa, conexões de electricidade entre a Espanha e a França, gasodutos do Cáspio para a Europa Central.
- A transparência é essencial para o funcionamento do mercado. Será necessária nova legislação que estabeleça requisitos mínimos.
- São necessárias normas mínimas comuns e vinculativas em matéria de segurança da rede.

Todas as medidas supramencionadas são essenciais para assegurar a criação de uma nova capacidade de produção de energia suficiente em toda a Europa. A Comissão está convencida que serão necessários investimentos elevados para garantir a capacidade e o transporte. Finalmente, a Comissão prestará especial atenção aos direitos dos consumidores e à questão da energia como um serviço público. Será lançada uma Carta dos Clientes de Energia - que incluirá medidas relativas às questões da pobreza de combustível, das informações aos clientes com vista à escolha de um fornecedor e de opções de fornecimento, das acções para reduzir a burocracia quando da mudança de fornecedor de energia e para proteger os cidadãos de práticas de venda desleais. Será lançada uma campanha informativa específica para apoio a esta iniciativa.